

Pedido terá que ser feito em Brasília

O procedimento mais adequado para que um brasileiro impetire um mandado de injunção, conforme a opinião de todos os que são favoráveis à aplicação imediata desse direito, é o mesmo usado para o mandado de segurança. Portanto, o que uma pessoa interessada em induzir o Estado a viabilizar o exercício dos seus direitos tem que fazer é, primeiro, contratar um advogado.

Este deverá elaborar uma petição endereçada ao "Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal" e protocolá-la no edifício sede da Corte, na Praça dos Três Poderes, em Brasília. O texto dessa petição deverá ser iniciado pelo nome do cliente, seguindo-se as seguintes informações a seu respeito: nacionalidade, estado civil, profissão, residência e domicílio. Em seguida, a petição deverá invocar a alínea q, do artigo 102 da Constituição.

O texto deverá dizer que o cidadão, por seu advogado, vem a juízo impetrar um MANDADO DE INJUNÇÃO, contra determinado órgão coator. Esse órgão poderá ser o Poder Executivo ou o Legislativo, dependendo de qual deles seja o responsável pela elaboração da lei necessária ao exercício do direito exigido. Em seguida, a petição deverá explicitar o direito invocado, o artigo da Constituição em que ele se apóia e a falta da norma regulamentadora.

A CUT, por exemplo, impetrará um mandado de injunção para que o STF faça o Executivo elaborar uma nova lei salarial, capaz de prever um salário mínimo suficiente para o sustento da família do trabalhador, que é um direito previsto no artigo 7º, inciso 4º, do texto constitucional. Antes de encerrar a petição, o advogado deverá redigir: "Assim sendo, com fundamento no artigo tal (em que se ampara o direito), o impetrante requer a citação (chamamento judicial) das autoridades mencionadas para que, querendo, contestem o pedido, no prazo que essa Corte assinalar, para que afinal lhe seja concedido o mandado de injunção. Pede Deferimento. Data e assinatura do advogado".

Líderes vão à tribuna para comemorar avanço da nova Constituição

Na última sessão da Constituinte, os líderes de partidos subiram à tribuna para exaltar as conquistas da nova Constituição. Eis os principais trechos dos discursos:

Deputado Nelson Jobim, líder do PMDB: "O momento é de um grande compromisso com o que de importante se produziu aqui. Produzimos um texto em que todos tivemos vitórias e derrotas, e que agora provoca a ansiedade de todos para fazê-lo vigente. Este é o desafio a que a Câmara e o Senado estão sendo chamados. Desafio real, a que todos responderemos mostrando se temos ou não competência para assumir os poderes que conquistamos. Temos a responsabilidade de transformar este texto em realidade para que o Brasil seja um país forte e irmanado na vigência democrática."

Senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PSDB: "Pela primeira vez na história do Brasil e talvez do mundo, se faz uma Constituição com a colaboração direta da cidadania. Recebemos milhões de assinaturas em emendas populares e o povo sentiu de perto o que é consciência dos nossos direitos; entendeu rapidamente que, sem liberdade, não há avanço social. O Congresso foi durante a Constituinte um grande ponto de encontro de empresários, sindicalistas, representantes de igrejas, de nações indígenas, professores e estudantes. Foi uma amostra de todo o Brasil que, tocado pela consciência de que era hora de mudar, veio e pressionou. Se mais não fizemos, foi porque mais não pudemos. Mas esta Constituinte despertará o país para que se organize, para que possamos avançar mais."

Deputado José Lourenço, líder do PFL: "A nova Constituição é antes de tudo um retrato fiel do esforço e do embate democrático das múltiplas forças e interesses representados nesta Casa. Cada artigo testemunha a cota de realização e de renúncia de cada um de nós. Aplaudimos o quanto avançamos em termos de assegurar um Estado democrático, mas é imperioso reconhecer que muitos dispositivos da ordem social e econômica são de difícil aplicação e até mesmo prejudiciais ao desenvolvimento do país. De qualquer maneira, aceitamos a decisão de maioria e deixamos nossa firme disposição de buscar a conciliação do país."

Deputado Brandão Monteiro, líder do PDT: "A bancada do PDT louva-se de ter contribuído com muitas vitórias, sobretudo pelos avanços no plano constitucional e social, onde a redução da jornada de trabalho para 44 horas semanais foi emenda da nossa bancada. Mas anoto com tristeza o ponto conservador, no que diz respeito ao papel das Forças Armadas, que não deveriam continuar tutelando a sociedade, e sim se subordinarem a ela. Lamento a ordem econômica e a posição de retrocesso na fisionomia fundiária do país. Lamento também que o governo, às vésperas da promulgação, mande seus representantes a Nova York para um acordo da dívida externa que a nação desconhece e do qual o Congresso não tem notícia."

Deputado Gastone Righi, líder do PTB: "Um dos piores momentos da Constituinte foi o famigerado regime interno, mas felizmente o Centrão restabeleceu o controle da maioria. Recebemos mais críticas do que aplausos e os lobbies corporativos nos agrediram até fisicamente. Mas ao final posso proclamar que temos a Constituição mais moderna e avançada do mundo, especialmente no direito social e trabalhista. E aí se insere a bancada do PTB que orgulhosamente assume a paternidade de capítulos inteiros. Essa Constituição tem a cara do PTB."

Deputado Roberto Freire, líder do PCB: "A luta para derrotar a ditadura e conquistar a democracia foi vencida e é grande a satisfação do PCB, primeira organização no país, nos idos de 1967, a erguer a bandeira da Assembléia Nacional Constituinte. Não cometeríamos a infantilidade de reivindicar a nova Carta como patrimônio dos comunistas, mas temos a noção histórica de que em seus artigos está boa parte de nosso ideário. Sabemos que a Constituição não tem o dom de transformar a realidade, mas a entendemos como um suporte indispensável para que as forças e movimentos empenhados na democracia e no progresso social possam travar seu combate. O elemento mais rico no processo foi a participação popular. Os trabalhadores jamais conquistaram tanto em garantias e segurança social quanto com a nova Carta."

Deputado Haroldo Lima, líder do PC do B: "Quando realizou sua VI Conferência, em junho de 1966, nosso partido levantou pela primeira vez no Brasil a necessidade de se lutar por uma Constituinte. O PC do B não apóia sem restrições o conteúdo do projeto, mas sua bancada aprovará o texto para que seja definitivamente banida da vida política a Constituição de 1967/69. A Constituição de 88 pode ser considerada boa do ponto de vista das conquistas sociais, mas consagra um sistema de poder retrógrado, estruturalmente concentrado em mãos dos grandes capitalistas. As Forças Armadas continuam a ser instrumento de repressão contra o povo e mantém-se a forma autocrática de governo — o presidencialismo."

Deputado Ademir Andrade, líder do PSB: "Percebendo o avanço do processo democrático, a classe dominante investiu pesado na Constituinte, onde a maioria dos eleitos em 86 tem caráter conservador e de direita. Mas graças à preguiça dos que só compareceram quando foram pressionados, conseguimos construir, com sua ausência, um texto bastante avançado para os dias de hoje. O PSB entende que grande parte dos avanços se deve aos partidos progressistas e grupos mais à esquerda que aqui trabalharam."

Deputado Afif Domingos, líder do PL: "Apesar de votarmos pela aprovação, discordamos de muitas partes. De nada adianta termos uma Constituição com uma ordem social avançada, se temos uma ordem econômica atrasada. Temos um choque evidente entre as duas e tenho a certeza de que, na reforma constitucional de 1993, esta realidade vai aparecer. A luta não é mais entre a esquerda e a direita. Na Constituinte, as duas se juntaram com uma visão corporativista. A luta política no Brasil será entre o novo e o velho, o antigo e o moderno. Hoje a Nação é vítima do estatismo selvagem, e não do capitalismo selvagem."